



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. Sorbone, 375, . - Centerville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

### SENTENÇA

Processo nº: **0013451-63.2011.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Wilson Renato Coelho**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Em 22/01/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevi.  
 N. de Ordem: 1408/11

### VISTOS

**WILSON RENATO COELHO** ajuizou a presente **AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO** em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese: **1)** que laborava como “ajudante de produção” na “FAZENDA SANTA EMILIA” (atualmente de propriedade da Usina Ipiranga) quando caiu da “carretinha” de um trator de pulverização, causando torção no joelho esquerdo; **2)** que tal circunstância acarretou a diminuição na sua capacidade laborativa. Pediu a condenação do requerido a pagar-lhe auxílio-acidente de 50% do salário de contribuição.

A inicial veio instruída com documentos.

Pelo despacho de fls. 19 foi deferida perícia médica e nomeado como louvado oficial o Dr. Eduardo Passarela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Regularmente citado, o Instituto requerido apresentou contestação às fls. 25 e ss alegando preliminar de falta de interesse de agir. No mérito, sustentou que a incapacidade não é permanente e ausência de nexo causal. No mais, rebateu a exordial *in totum*, ofertou quesitos à perícia e culminou por pedir a total improcedência da pretensão.

Laudo pericial encartado às fls. 39 e ss e complementado a fls. 138 em razão dos documentos encartados aos autos às fls. 52/121 e 123/134.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 145/148 e 149.

**É O RELATÓRIO.****DECIDO.****Não falta ao autor interesse de agir.**

Entendendo ele ser portador de uma incapacidade laboral, não reconhecida administrativamente, tem total interesse na via eleita; é a necessidade de qualquer pessoa, por meio do Poder Judiciário, buscar a intervenção do Estado para resolver litígio ou declarar direito.

\*\*\*\*

A hipótese é de acidente típico descrito em CAT (fls. 88 e 89). O infortúnio, mais especificamente sua ocorrência, não foi contestado.

Aflora dos autos que o autor sofreu “limitação funcional do joelho esquerdo” (textual fls. 42); é o que foi diagnosticado na perícia oficial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

No caso, as seqüelas diagnosticadas tem nexos causal com o acidente descrito na inicial (cf. fls. 138).

O trabalho técnico oficial (fls. 40/42 e 138) - único produzido - não foi impugnado especificamente pelo réu e concluiu que o obreiro é portador de limitação no joelho esquerdo, estando incapacitado parcial e permanentemente para o trabalho (v. fls. 42).

Trata-se, ademais, de trabalhador sem grandes qualificações, que depende da higidez física, quase que exclusivamente, para obtenção de colocação laboral.

Em suma: o autor faz jus ao auxílio acidente a partir da alta médica, ou seja, de 13/10/1992 (fls. 93).

\*\*\*

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder ao autor o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95 (já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro).

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 - 10ª Câmara, Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.

Já o "dies a quo" é a data da alta mal concedida, ou seja, 13/10/1992, cf. documento de fls. 93.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários de 15% sobre doze (12) parcelas vencidas, mais juros de mora à taxa legal a contar da citação, bem como honorários da vistoria oficial (já desembolsados).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
1ª VARA CÍVEL  
R. Sorbone, 375, . - Centerville  
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Oportunamente oficie-se para implantação do benefício.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 475 do CPC e Súmula 423 do STF.

**P.R.I.**

São Carlos, 27 de janeiro de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**